



VI Plenária CNQ-CUT



Organização e fortalecimento do Ramo Químico da CUT

De 10 a 12 de novembro de 2015 - Cabreúva/SP

CADERNO

DE

RESOLUÇÕES

Companheiros e companheiras do Ramo Químico da CUT.

Realizamos a VI Plenária Nacional da CNQ/CUT num momento muito importante da conjuntura econômica e política em âmbito nacional e internacional.

Em nível internacional o mundo ainda sente os efeitos da crise econômica deflagrada em 2008, onde milhões de trabalhadores e trabalhadoras perderam postos de trabalho e ou tiveram seus direitos serem flexibilizados em todos os continentes.

No Brasil, o ano de 2015 foi de aprofundamento da crise política que contaminou a economia e gerou ondas de incertezas, que foram pouco a pouco criando um clima negativo e de pessimismo, fazendo com que os indicadores que medem a geração de emprego e os índices de ocupação na produção industrial fossem pouco a pouco perdendo folego e apresentando os efeitos perversos ao conjunto da classe trabalhadora.

Podemos dizer que de fato o Brasil vive hoje uma profunda crise política, de um lado os setores retrógrados que teimam em não aceitar o resultado das urnas, optando pelo terrorismo político a defesa aberta do golpe, e de outro, um governo que para garantir o mínimo de governabilidade no parlamento pratica concessões a partidos “aliados” que tem se aproveitado do momento em que o país vive para “barganhar” cargos e indicações.

É imperativo que o Governo Federal efetivamente busque se aproximar dos setores do campo democrático-popular, bem como, estabeleça novos canais de comunicação com a população em geral, pois, já está demonstrado na prática que não há saída se não houver uma aliança no campo da esquerda para garantir a manutenção das conquistas sociais alcançadas nos últimos 10 anos.

Os delegados e delegadas da VI Plenária da CNQ/CUT foram enfáticos em dizer que enquanto movimentos sindical não podemos e não iremos sob nenhum pretexto abrir mão de direitos duramente conquistados.

Por fim! Desejamos a todos e todas um 2016 de muitas lutas, avanços e conquistas, pois, é isto que a classe operária espera de suas lideranças e seus instrumentos de luta.

Desejamos a todos uma boa leitura! A luta continua e é contínua!

Lucineide Varjão Soares

Presidenta da CNQ/CUT

TEXTOS SOBRE:

CONJUNTURA

INTERNACIONAL

E

NACIONAL.

(VISÃO DA ART SIND – RAMO QUÍMICO)

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Passados sete anos do ápice da crise do sistema financeiro capitalista, o mundo ainda vive os reflexos perversos desta crise, uma vez que as economias dos mais diversos países ainda não se recuperaram e é possível constatar que os mais prejudicados foram os trabalhadores e as trabalhadoras já que o receituário aplicado pelos diversos países tem exigido grandes sacrifícios da classe trabalhadora em todo o mundo.
2. Invariavelmente, o receituário aplicado pelos países trazem em seu bojo a retórica neoliberal de que são necessárias medidas de austeridade e ajustes nas economias nacionais para enfrentar os efeitos da crise, trilhões de dólares em recursos públicos foram canalizados ao sistema financeiro, ao mesmo tempo em que os estados nacionais reduziram seus investimentos com políticas sociais e infraestrutura. O resultado tem sido o aumento gigantesco do desemprego e da pobreza, ao mesmo tempo em que os lucros do sistema financeiro retomaram seus patamares pré-crise e executivos continuam recebendo bônus astronômicos.
3. Neste cenário, a luta de classes intensifica-se e apresenta contornos mais nítidos. No mundo todo os sindicatos têm ido às ruas na defesa da preservação de direitos trabalhistas e valorização dos salários. A resposta dos governos tem sido o aumento da criminalização dos movimentos sociais com inúmeras violações de direitos e da própria integridade física das pessoas, visto que são crescentes os casos de assassinatos de dirigentes sindicais e lideranças sociais em todo o mundo.

A CRISE DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A DESESTABILIZAÇÃO DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS

4. Os governos perderam a oportunidade histórica em 2008 de criar um conjunto de medidas que legitimassem os organismos internacionais desenvolvendo mecanismos de maior regulação do sistema financeiro, como a taxação de transações financeiras internacionais. Testemunhamos o fracasso do G20, que foi incapaz de apresentar uma agenda alternativa se tornando conivente com a manutenção dos paraísos fiscais, a sonegação de impostos pelas corporações transnacionais e a livre especulação financeira. O poder econômico se ampliou de tal forma na atual dinâmica capitalista que comprometeu o funcionamento das democracias em vários países do mundo.
5. Governantes que tentaram resistir às medidas de austeridade foram fortemente atacados e chantageados ao ponto de provocar novas eleições e quedas de governos. A esperança por

maior controle e regulação do sistema econômico está na expectativa de uma ação mais contundente do sistema político. No entanto, para realizarem suas campanhas eleitorais os políticos contam com o financiamento do sistema econômico que, por sua vez, impede avanços no sistema político que venham a contrariar seus interesses privados.

6. Os governos do Norte, inclusive por meio da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), têm interferido de forma direta e indireta em países da África e do Oriente Médio, com o objetivo de expandir o seu poder e desestabilizar governos que não atendam plenamente seus interesses, como os casos da Síria e Líbia, países que agora estão fragmentados por guerras civis e veem o aumento do fundamentalismo religioso. As ações do Estado Islâmico, que teve colaboração do imperialismo Norte Americano e Europeu, geraram a desestruturação destes países provocando o êxodo de parcelas significativas de sua população em direção ao continente europeu, gerando hoje uma crise humanitária. A situação tende a se agravar com as ações militares contra o Estado Islâmico, com a justificativa de conter a onda de refugiados. Sabemos que o objetivo é o controle das reservas de petróleo e gás.
7. Na América Latina e no Caribe o imperialismo norte americano ataca em todas as frentes na tentativa clara de inviabilizar a ação dos governos progressistas, gerando um clima de instabilidade política e econômica. Vale destacar o crescente sentimento de ódio, fascismo e intolerância contra a política e políticos progressistas insuflados por campanhas difamatórias da grande mídia. Por trás de todos estes setores estão os grandes grupos econômicos que desejam o controle (via privatização) das riquezas nacionais, dos bens naturais e o fim de leis e políticas que prejudiquem seus negócios. Para isso, financiam ações golpistas e manifestações de extrema direita na região. Como exemplo dessa estratégia, lembramos os golpes de estado em Honduras e no Paraguai e a permanente campanha conservadora na Argentina, Brasil, Venezuela e Bolívia.
8. A integração regional na América Latina teve avanços significativos com a consolidação de espaços existentes como o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e a criação de organismos como a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos). No entanto, para além do nível institucional em que os governos têm boas relações e pouca beligerância, há muitos desafios. A participação social nas decisões sobre os rumos da integração é um deles. A questão da livre circulação se vê desafiada pelo momento atual de fortes fluxos migratórios em nossa região, expondo contradições nacionais e o risco da xenofobia. Enquanto o movimento sindical e movimentos sociais pressionam por uma integração genuína – que valorize a integração produtiva da indústria regional e vá além dos corredores de exportação de commodities, a atuação das empresas multinacionais latino-americanas joga contra esse projeto, ao

violarem direitos trabalhistas e das comunidades dos territórios em que atuam. A crescente presença da China na região coloca novos e complexos desafios.

9. O BRICS (mecanismo intergovernamental que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) tem se apresentado ao mundo como um espaço alternativo e autônomo de articulação frente à tradicional lógica das instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), do Acordo Contingente de Reservas (CRA) e o uso de moedas locais nas transações comerciais são marcos importantes na afirmação destas nações emergentes no cenário multilateral.

AGENDA NEOLIBERAL: OFENSIVA DO CAPITAL CONTRA O TRABALHO

10. Dez anos depois da derrota da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) em 2005, vemos uma multiplicação de tratados de livre comércio bilaterais por todo o mundo. Hoje, uma nova geração de grandes tratados de livre comércio (especialmente EUA-União Europeia; Parceria Trans-Pacífico e TISA) comprometendo cada vez mais os interesses dos povos e a soberania das nações, inclusive possibilitando as transnacionais processarem Estados que adotem medidas contrárias aos seus interesses. Também no sistema financeiro, são agora os fundos de investimento privados que processam Estados nacionais para satisfazer sua ganância, como ficou evidente no caso dos chamados “fundos abutres” contra a Argentina.
11. Essa ofensiva do capital contra o trabalho torna-se mais agressiva desde 2014, quando os empregadores, apoiados por alguns governos, levantaram-se contra a garantia do Direito de Greve nas normas da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Ainda que esse ataque tenha sido enfrentado pela luta dos/as trabalhadores/as e com o apoio decisivo de governos como o do Brasil, é preciso manter a vigilância, pois sabemos que este tema voltará à pauta.
12. Na América Latina, os projetos alternativos ao neoliberalismo representados por governos progressistas estão em risco devido a fatores internos que variam nacionalmente e a fatores externos comuns – como a alta do dólar, a queda no preço das commodities e a persistência da crise mundial, que chega agora à economia da China. Merece a nossa atenção a forma como estes governos resistiram às pressões dos grandes monopólios do capital, que pressionam por medidas de ajuste estrutural da economia em prejuízo aos projetos políticos que geram desenvolvimento sustentável, com valorização do trabalho e fortalecimento da soberania dos países. Os movimentos popular, social e sindical têm jogado um papel de resistência à agenda conservadora.

13. A recente reaproximação entre EUA e Cuba deve ser analisada sob mais de um aspecto. Se por um lado há um avanço nas relações diplomáticas, por outro, permanecem não respondidas as históricas demandas pelo fim do embargo econômico, pela devolução do território de Guantánamo e pela indenização pelas décadas de embargo.
14. A atual crise climática e ambiental coloca diante do mundo a necessidade de mudanças profundas no modo de produção e de consumo, com consequências sobre o mundo do trabalho. Será preciso mudar o sistema. O movimento sindical continuará a estabelecer alianças com outros setores da sociedade e lutar por uma Transição Justa: que os/as trabalhadores/as das indústrias que mais poluem o ambiente não paguem com seus empregos o preço de uma crise pela qual eles não são responsáveis. É preciso que os países desenvolvidos assumam sua maior responsabilidade e possibilitem aos países pobres e emergentes o direito a um desenvolvimento sustentável, com trabalho decente.

CORRELAÇÃO DE FORÇAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

15. O atual estágio do capitalismo gera uma correlação de forças desfavorável aos/as trabalhadores/as em função do avanço do conservadorismo, por meio de campanhas fascistas que geram ódio e intolerância ao campo progressista. Para avançar em nossa capacidade de ação devemos ampliar a representação dos/as trabalhadores/as nos partidos progressistas e aumentar o número de trabalhadores/as sindicalizados/as que, no mundo, não ultrapassa 15% no total. O movimento sindical deve envolver e organizar a juventude, os imigrantes e os/as trabalhadores/as informais, pois sem a participação deles será muito difícil reverter a atual correlação de forças.
16. Para superar essa situação devemos construir a unidade do movimento sindical com os com movimentos sociais, com base num programa de ação que articule o combate ao atual modelo de dominação com propostas de saída para a crise, para a retomada de direitos, o combate à pobreza e à fome. Recordando o diálogo do Papa Francisco com movimentos sociais, a dignidade humana tem três dimensões: terra, teto e trabalho.

CONJUNTURA NACIONAL

17. No âmbito nacional a conjuntura não difere do cenário internacional, e os efeitos da crise econômica mundial de 2008 têm trazido fortes reflexos para a economia nacional. Estes fatores aliados a crise política desencadeada a partir de junho de 2013, e agravada em

especial a partir das eleições presidenciais de 2014 têm jogado o país em um processo de instabilidade econômica e política.

18. A disputa eleitoral de 2014 expôs o grau de acirramento da luta de classes no Brasil. A vitória de Dilma (PT) foi arrancada nas ruas com muito esforço e garra da militância, contra a direita reacionária, processo no qual o movimento sindical e os movimentos populares e sociais tiveram um papel fundamental. Frente ao acirramento da disputa, a campanha de Dilma optou por convencer o eleitorado fazendo uma guinada à esquerda, apresentando possibilidades para um quarto mandato de maior aprofundamento das políticas sociais e de democratização do Estado.
19. A mídia se tornou o “maior partido de oposição”, pois, numa clara seletividade de informações, ataca diuturnamente o Governo Federal e suas políticas. O Judiciário também tem politizado suas decisões, gerando fatos que funcionam como combustível político para a mídia golpista que “vende” a ilusão que a saída de Dilma da presidência resolverá “como num passe de mágica” todos os problemas trazendo estabilidade econômica e política ao país.
20. Na contramão deste discurso, no entanto, o governo editou no final de dezembro de 2014 as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que penalizam os/as trabalhadores/as com a perda de direitos. Foi o prenúncio de um plano de ajuste fiscal executado por Joaquim Levy, novo Ministro da Fazenda e homem de confiança do mercado no atual governo. A CNQ/CUT se posiciona radicalmente contra as medidas que impõem sacrifícios à classe trabalhadora e levam o País à recessão.
21. A luta contra a aprovação das MPs 664 e 665 e do PL 4330 - que permite a terceirização sem limites, atual PLC 30/15 - levou o movimento sindical a desenvolver uma das mais intensas campanhas de mobilização de suas bases dos últimos anos em defesa dos direitos ameaçados da classe trabalhadora, envolvendo paralisações no local de trabalho, manifestações nas capitais dos estados e cidades do interior e pressão sobre os parlamentares nos estados de origem e no Congresso. Essas ações de massa contaram com o apoio efetivo de movimentos populares e sociais, dando visibilidade ao movimento sindical no cenário político nacional.
22. Ao insistir em manter as medidas de ajuste fiscal, ao invés de colocar em prática a agenda vitoriosa no segundo turno, o governo Dilma corroe as relações com sua base social de apoio. A direita aproveitou o momento para aumentar a pressão pelo impeachment da presidenta eleita, mantendo o governo acuado e agravando a crise econômica e política. Esta ação tem forte apoio no Congresso, o mais reacionário desde o fim da ditadura militar,

na grande mídia, em grupos organizados com financiamento internacional e em setores conservadores da sociedade.

23. Enfrentamos no segundo mandato de Dilma um quadro econômico e político muito diferente daquele do seu primeiro governo, no qual foi possível aprofundar as políticas dos dois governos Lula, ainda que em condições mais adversas devido à crise econômica mundial.
24. O atual cenário econômico e político no Brasil é muito adverso para a classe trabalhadora, e contém desafios cuja natureza e complexidade exigirá do movimento sindical em 2015 e nos próximos anos, um posicionamento firme e uma estratégia eficaz de ação.
25. A insistência por parte do Governo Federal no receituário neoliberal de políticas de “austeridade” para gerar superávit primário (destinado a pagar banqueiros e especuladores de títulos da dívida pública) é confirmada pelo conteúdo global desse pacote e tem sido a moeda de troca exigida pelo empresariado para continuar apoiando o governo, dada a fragilidade do governo e seus desacertos na economia para desconstruir, com o apoio da mídia e de seus representantes no Congresso, o projeto que foi desenvolvido nos últimos 12 anos.
26. No seu conjunto, o pacote fiscal (que foi anunciado sem qualquer diálogo com a sociedade, particularmente com os setores que vêm dando sustentação social ao governo) prolonga a política de ajuste fiscal, que provoca recessão e não o crescimento econômico, como saída para a crise. No nosso entender as medidas para o equilíbrio orçamentário deveriam ser outras: combater a sonegação fiscal, taxar grandes fortunas e a remessa de lucros das multinacionais, além de uma política tributária progressiva.
27. Os cortes atingem programas sociais reduzindo seus gastos, inibem o investimento público, e do lado das receitas pretendidas, o pacote onera a produção, sem tocar no capital especulativo e altas taxas de juros que o beneficiam, aumenta impostos de forma regressiva, afetando os setores de menor renda. A nova proposta de CPMF, cuja arrecadação seria destinada a pagar aposentadorias – pode ser a antessala de um novo ataque à Previdência da classe trabalhadora, como insinuou o ministro Levy.
28. Diante deste quadro, reafirmamos que na nossa visão a saída para a crise econômica deve se dar pela via do crescimento que preserve o patrimônio público, promova o emprego, distribua a renda, diminua as desigualdades sociais e aumente a proteção social. É fundamental combater a atual política econômica, devemos fortalecer a unidade dos setores sindicais, populares e democráticos, que compõem a Frente Brasil Popular lançada

em Belo Horizonte em 5 de setembro deste ano, espaço que discutirá propostas alternativas de política econômica e de aprofundamento da democracia no nosso País.

29. Os desafios prioritários para o próximo período é o combate ao desemprego, e este combate deve ser através de políticas que levem ao crescimento econômico e a políticas de inclusão. A democracia se fortalece com as reformas estruturais que aperfeiçoem as instituições políticas, livrando-as dos traços herdados da ditadura e da influência do poder econômico das empresas; reformas que rompam o monopólio de poucos grupos econômicos nos meios de comunicação, que deixa a sociedade à mercê de seus interesses; reformas que rompam igualmente as estruturas de poder advindos da concentração fundiária, usada para impor condições abusivas de exploração do trabalho e formas predatórias de uso do solo.
30. Por fim, este é um momento de unidade de ação, e a CNQ/CUT conclama seus sindicatos e federações para juntamente com a CUT envidarem todos os esforços em defesa de uma agenda que defenda os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

(VISÃO DA C.S.D. CENTRAL SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA)

CONJUNTURA NACIONAL

31. A vitória da Presidenta Dilma no segundo turno das eleições de 2014 mostrou a base social da esquerda no Brasil. A presidenta Dilma ganhou a eleição contra o capital financeiro e o agronegócio e contra parte significativa dos industriais. Sua vitória aconteceu com intensa mobilização social de grupos progressistas contra a direita economicamente liberal e socialmente conservadora.
32. O discurso de ódio dos moralistas sem moral, daqueles que não suportam ver “o filho do pedreiro virar doutor” deu o norte para o que o PSDB vem tocando como agenda política pós-eleição: o terceiro turno. Aécio Neves se coloca como representante da direita conservadora, reacionária e fascista. O candidato derrotado ainda chora sobre a eleição perdida e organiza manobras que visam tomar por qualquer meio o governo legítima e democraticamente eleito pelo povo brasileiro. O golpismo faz constantes ameaças de criminalização da esquerda através da tentativa de jogar na ilegalidade o Partido dos Trabalhadores, da prisão do ex-Presidente Lula e do Impeachment da Presidenta Dilma.

33. A previsível desvalorização das commodities cria no Brasil uma moderada crise econômica. A fuga de capitais gerada pela recuperação dos Países do Norte da crise econômica de 2008 faz com que a crise cíclica do capital se desloque através do globo. A desvalorização do Petróleo ameaça a viabilidade do pré-sal e, assim, os Royalties destinados à saúde e à educação.
34. A tentativa do Governo em recompôr um bloco histórico com os setores da sociedade que tiveram seu projeto derrotado nas eleições de 2014 resulta em mais instabilidade institucional e uma perda, ainda reversível, da base social que elegeu a Presidenta Dilma.
35. A presidenta Dilma escolhe recompôr sua base parlamentar com um programa econômico neoliberal que coloca para a Classe Trabalhadora os custos da Crise Econômica do Capital através da Política de Juros, da venda do patrimônio público e da emissão de títulos para o pagamento da dívida pública. O PMDB está cada vez mais articulado para impor uma agenda conservadora e pró-capital que agrada principalmente os setores rentistas. As medidas contracionistas da política econômica do governo é responsável por uma crise fiscal que se instala no país na exata medida em que continuamos transferindo para os banqueiros os recursos que deviam ser destinados aos programas sociais e ao desenvolvimento dos setores produtivos.
36. A CNQ-CUT deve, no próximo período, se articular com os partidos, grupos e movimentos sociais de esquerda para alterar radicalmente os rumos da política econômica do Governo Dilma, que hoje significa a submissão da Classe Trabalhadora ao Capital. A CNQ-CUT deve, nas ruas e nas fábricas, lutar contra a direita, esteja ela dentro ou fora do Governo Dilma. Derrotar o conservadorismo e o neoliberalismo são as tarefas da esquerda para devolver ao Governo Dilma a popularidade e a legitimidade.
37. A CNQ deve reafirmar a necessidade de unidade da Classe Trabalhadora e do povo pobre em torno do projeto político da esquerda para unificar os esforços contra direita, a intolerância, o ódio de classe e o golpismo. Portanto, no próximo período, a CNQ concentrará esforços para unificar as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo contra a direita, por mais direitos e contra o ajuste.
38. O Governo Federal precisa “sair das cordas”. Faz-se necessário, agora, colocar para debate no congresso e na sociedade uma agenda política progressista, que trate da taxaço de grandes fortunas, da política de juros, de uma reforma tributária radicalmente progressiva, de impostos sobre grandes propriedades no campo e na cidade, do investimento massivo no setor produtivo e da criação de um grande ciclo de investimentos nos setores primário e secundário da economia. O ajuste fiscal deve ser feito em cima daqueles que, em quinhentos anos, nunca foram ajustados. Fazer a governabilidade nas ruas é a única saída possível para a Classe Trabalhadora.

39. Dentre o pacote de medidas que colocam nas costas da Classe Trabalhadora os sacrifícios necessários para a recomposição do governo com os setores parasitários do povo brasileiro está a Lei anti-terrorismo. Tal lei tem por objetivo é criminalizar os movimentos sociais e os militantes da esquerda. É tarefa da Classe Trabalhadora impedir a tramitação da Lei Anti-terrorismo com as ferramentas típicas da luta política da Classe Trabalhadora.

Fortalecer a CNQ para mudar o Brasil

40. Os movimentos sociais e especialmente o movimento sindical está cada vez mais velho, burocratizado e distante das bases. Para retomarmos um diálogo íntimo com a Classe Trabalhadora é necessária uma profunda renovação dos quadros dirigentes dos sindicatos em todo o país. A CNQ-CUT precisa disputar a consciência da Classe Trabalhadora e manter a base sindical permanentemente mobilizada contra o capital e a direita, por mais direitos e mais serviços públicos.

41. É prioritária a construção da independência da Classe Trabalhadora, contra o Imposto Sindical, a unicidade sindical e qualquer mecanismo de submissão da Classe Trabalhadora à política dos empresários.

42. Para organizar a massa trabalhadora é fundamental a priorização das Organizações por Local de Trabalho como política da CNQ-CUT. A estabilidade dos membros da OLT deve ser pauta das lutas, greves e acordos do próximo período em todo o país. As eleições das OLTs devem, ainda, ser independentes das eleições dos sindicatos, representando o real estágio de amadurecimento dos trabalhadores de cada unidade.

43. Para o amadurecimento da Classe Trabalhadora na perspectiva da Luta de Classes é fundamental o desenvolvimento de métodos de gestão horizontais que permitam a superação objetiva e subjetiva do modo capitalista de produção. A CNQ-CUT deve, então, investir nos modelos de auto-gestão e economia solidária, não como empreendimentos marginais ou complementares da produção, mas como modelo alternativo à grande indústria e ao capital financeiro. No próximo período vamos andar com nossos próprios pés, por uma classe trabalhadora combativa e revolucionária.

Em Defesa da Petrobrás e da Soberania Nacional

44. A gigante de petróleo nacional, a Petrobras, enfrenta uma das piores crises de sua história. A empresa é essencial para o desenvolvimento nacional desde sua origem. O capital internacional nunca admitiu uma empresa brasileira de petróleo, a Petrobras já era vítima de CPI, antes de sua criação.

45. O golpe mais recente sofrido pela Petrobras são as privatizações anunciadas: venda de 49% da Gaspetro e 25% da BR Distribuidora. Com razão e sem fugir da luta, os petroleiros, liderados pela FUP, iniciam uma greve com parada de produção, no 01 de novembro de 2015 contra as propostas até então anunciadas de redução de direitos e demissões.
46. As tentativas de ataque à Petrobrás por parte da direita golpista são evidentes. A CNQ-CUT defende a empresa, patrimônio do povo brasileiro. A CNQ-CUT defende a Lei de Partilha contra qualquer investida do imperialismo contra nossas reservas naturais. Entretanto a defesa de uma empresa de economia mista não é suficiente para nós, Químicos.
47. A CNQ-CUT defende uma Petrobrás 100% pública para financiar o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CNQ-CUT é contra Plano de Desinvestimentos da Petrobrás por considera-lo a privatização de parte da empresa e mais uma das medidas contracionistas do Governo. A CNQ-CUT manifesta seu total e irrestrito apoio à greve dos Petroleiros e das Petroleiras em defesa da Petrobras, da Classe Trabalhadora, do povo pobre e da soberania nacional.

Política Industrial

48. No início do segundo mandato de Dilma Rousseff, foi aplicado um pacote conservador, usando elementos da política monetária, fiscal e cambial que levou o país a recessão. A indústria nacional que reclamava da obsolescência, ao competir com condições adversas, quando comparados com os custos de outros países, mudou de parte do discurso ao aliar os seus argumentos com a recessão instalada, o custo do trabalho e a terceirização ampla e irrestrita, ou seja, precarização dos trabalhadores e das trabalhadoras.
49. O Estado brasileiro ainda permanece em disputas e a indústria química brasileira faz parte deste jogo. A Indústria química é um setor transversal a outros segmentos que sustenta parte do desenvolvimento brasileiro. O desenvolvimento tecnológico inerente ao setor é um elemento que reduz a demanda por mão de obra, mas extremamente necessário para a sobrevivência. É necessário que a Confederação fique mais especializada neste debate e faça a disputa junto a sociedade e governos. Não podemos aceitar a guerra fiscal sem contrapartidas e salários e benefícios reduzidos como condições de instalação de novas unidades.
50. A indústria química nacional tem enfrentado a situação de forma diferenciada. Dividida em vários segmentos e tamanhos, capital nacional e internacional, abertas e fechadas, estatais e privadas. Em consequência, o emprego e a soberania nacional estão ameaçados.
51. A Braskem, gigante da área petroquímica, é monopolista em produtos da primeira geração e resinas de polipropileno, polietileno e PVC, com a participação da Petrobrás e comandada pelo grupo Odebrecht, que tem origem da construção civil. Essa empresa tem determinado

parte da política industrial do setor, submetendo Petrobras à sua lógica e sufocando as empresas de terceira geração. O monopólio não somente afetou o mercado na oferta de produtos, mas na relação Capital x Trabalho. A solução encontrada foi a construção e consolidação da “Rede de Trabalhadores Braskem”, solidária e independente. A Rede tem conseguido elencar pautas, travar lutas e obter conquistas

52. O setor de fertilizantes, segmento de elevada importância e estratégico para a nação, e intimamente ligada a segurança alimentar, teve sua reestruturação através de verticalizações do setor privado, e a entrada da gigante Vale no segmento, desequilibrando o jogo. Como ação, indicamos a formação de Rede de Trabalhadores, para combater o avanço do setor privado, com objetivo de ampliar direito e conhecimentos.
53. Destacamos, a fábrica de nitrogenados da Petrobras, em três lagoas, UFN-III, que apesar de estar 90% concluída encontra-se com as obras quase paradas. Esta unidade visa aumentar a oferta de ureia, reduzindo a necessidade de importação. A confederação tem que exigir do Estado Brasileiro que a unidade seja 100% estatal e a conclusão imediata das obras.
54. A formação de grandes empresas nos últimos anos foi vivenciada através da mão ativa e visível do Estado. O discurso de transformar empresas nacionais em grandes competidoras mundiais, se de um lado proporcionou empresas mais robustas e menos frágeis, proporcionou distorções de poder e concentrações na mão de poucos grupos privados. Defender a primeira e segunda geração e o setor de fertilizantes estatizados, é um dever do cidadão e trabalhador brasileiro. Significa uma empresa voltada à soberania e com objetivos para o bem-estar da população e maior distribuição de riqueza e renda.
55. A terceira geração na sua maioria são constituídas por empresa de menor porte, familiares e competidoras entre si, cujos trabalhadores tem maior rotatividade, menor escolaridade e menores salários e benefícios. Este segmento por ter maior intensidade em trabalho, sujeita os trabalhadores e as trabalhadoras ainda mais a doenças ocupacionais.

Regulamentação das Convenções 151 e 158 da OIT

56. Apesar da convenção 151 da OIT ter sido ratificada pelo governo brasileiro em 2010, no setor público, ainda não é reconhecido o direito de negociação e o direito de greve. É tarefa da CNQ-CUT, em solidariedade à Classe Trabalhadora, lutar pela regulamentação dos direitos trabalhistas dos servidores públicos e das servidoras públicas e impor ao congresso e ao governo federal uma lei de responsabilidade com a saúde e a educação, que não inclua os gastos com pessoal nesses setores ao limite de 54% da lei de responsabilidade fiscal. A CNQ deve, ainda, permanecer na luta pela legislação da Convenção 158 da OIT.

Defender a CNQ-CUT e a redução da jornada de trabalho sem redução de salários

57. O 12º CONCURTO mesmo com divergências sobre a posição a tomar sobre o PPE teve uma resolução de consenso. O 12º CONCURTO autorizou as Confederações Nacionais da área da indústria a debater e pensar os impactos do Programa de Proteção ao Emprego do Governo Federal. A posição da CUT continua sendo contra a política econômica recessiva implementada pelo ajuste fiscal do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que leva à recessão.
58. Em relação ao PPE, a CUT acompanhará a experiência negociada com o governo Dilma e assegurará o debate interno sobre a correção ou não da proposta como instrumento para enfrentar momentos de crise, considerando importante que o acordo deva ser submetido à assembleia dos trabalhadores.
59. A CUT reafirmou também sua posição histórica pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pela ratificação da Convenção 158 da OIT que coíbe a rotatividade no trabalho, utilizada pelos empresários para acumular mais lucros.
60. Entre o ramo químico, cada sindicato vive suas particularidades organizativas e conjunturais. A crise afeta de forma diferente cada categoria e cada sindicato. A CNQ-CUT deve acompanhar os debates sobre o PPE junto aos seus sindicatos e às OLTs respeitando as decisões dos sindicatos.

É pela vida das Mulheres

61. As mulheres são 27% do setor químico. As mulheres são mais escolarizadas que os homens e recebem, em média, 29% a menos. As mulheres dos setores plástico e farmacêutico além de ganharem menos que os homens na mesma função e serem em média menos escolarizadas são mais acometidas por Ler Dort por conta do trabalho repetitivo. As mulheres petroquímicas e petroleiras, mesmo com maior escolaridade recebem menos que os homens para realizar as mesmas funções.
62. A desigualdade de salários entre homens e mulheres só interessa ao patrão. Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede. A CNQ-CUT deve se debruçar sobre a problemática da desigualdade de gênero dentro e fora das fábricas para propor medidas legais que coíbam essas distorções e evitem que mais mulheres sofram, adoeçam e morram vítimas do capitalismo patriarcal.

Democratização da mídia

63. Hoje o principal partido de oposição no país não é institucionalizado. São os atuais lacerdistas que promovem o enfrentamento aos governos democráticos e populares. O monopólio da mídia é anti-democrático e um atentado aos direitos da Classe Trabalhadora.

Como forma de se contrapor à imprensa burguesa a CNQ-CUT deve lutar pela aplicação do Projeto de Lei de Iniciativa popular construído pelo FNDC para Democratizar a Mídia e fazer o enfrentamento necessário ao empresariado e sua mídia corrupta.

Por uma auditoria cidadã da dívida pública

64. Todos vimos a recente auditoria cidadã da dívida pública da Grécia, bancada politicamente pelo partido de centro-esquerda Syriza. O resultado da auditoria cidadã foi a exposição do maior esquema de corrupção institucionalizada do globo. Ficou evidenciado como o Fundo Monetário Internacional vende títulos podres aos países e cobra juros por isso. A CNQ-CUT deve fazer, no próximo período, uma campanha pela auditoria cidadã da dívida pública no Brasil.

(VISÃO DA ESQUERDA MARXISTA)

CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

SÓ COM A UNIDADE DOS TRABALHADORES É POSSIVEL BARRAR OS PLANOS DE AUSTERIDADE DO GOVERNO DILMA

65. A Crise A crise do capitalismo atual tem, na visão da burguesia, uma saída: destruir os direitos dos trabalhadores, aumentar a miséria, para que continuem a ganhar seus lucros. Temos visto a pressão que estão passando os trabalhadores na Grécia, nos EUA, na Europa e também em outros países. A crise econômica desdobra-se em crise social, com o fomento de guerras pelo mundo inteiro. São mais de 60 guerras, mais de 60 milhões de refugiados. Ao mesmo tempo, esta existindo uma resistência da classe operária de forma extraordinária, e esse exemplo deve ser seguido por todos nós.
66. A preparação do congresso da CUT mostra também que existem aqueles que querem se adaptar, mas a maioria dos trabalhadores tem uma só alternativa: ou resistem ou vão ser jogados na miséria. Nós estamos e estaremos ao lado dos trabalhadores em sua luta.

Dilma e os Trabalhadores

67. Aqui no Brasil a maioria dos trabalhadores votou na candidata do PT, afirmando assim que o retrocesso nunca mais, ou seja, os tucanos nunca mais. Dilma traiu os seus eleitores e traiu os trabalhadores já antes da segunda posse, ao escolher Ministros ligados ao setor financeiro e a burguesia: Levy, Katia, Monteiro e muitos outros. A entrega de mais ministérios ao PMDB mostra que esta política continua.

68. As bandeiras da CUT - o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, estabilidade no emprego, reajuste de acordo com a inflação, tudo isso foi jogado no lixo.
69. O governo de coalizão do PT junto com a burguesia segue o mesmo remédio que foi usado na Europa e em outros países, ou seja, o famigerado plano de austeridade, que na prática, nada mais é que cortes profundos no orçamento público prejudicando, os mais necessitados desse país em áreas como: Saúde, Educação, Segurança, Moradia, Transporte etc.
70. As medidas aplicadas inicialmente eram, o início dos ataques que o governo estava organizando na linha de cortes de investimento públicos, mas também em direitos dos trabalhadores, onde a própria Dilma dissera, que nem que a vaca tussa, não mexeria em direitos dos trabalhadores.
71. Dilma baixou várias medidas provisória com a retirada de direito históricos dos trabalhadores, nenhuma medida foi anunciada pelo então governo que fosse de encontro dos interesses dos empresários, pelo contrário, todas as medidas foram na linha da defesa das empresas, “com o falso argumento de garantir emprego” com anuência do PT. O desemprego aumenta cada vez mais e a farsa do PPE (Plano de Proteção ao “empresário”) leva a mais demissões e a redução nominal dos salários, que já estão sendo reduzidos com a inflação.
72. O papel da CUT No momento em que esta tese está sendo escrita o CONCUR ainda não aconteceu e a batalha que lá se dará tem resultado incerto: A CUT voltará ao seu papel de luta ao lado dos trabalhadores ou vai continuar protegendo um governo que está contra os trabalhadores? Claro está que estamos muito longe e totalmente contrários a qualquer medida golpista, mas hoje o maior golpe que existe é o que Dilma vem fazendo, traíndo todos os seus compromissos. O CONCUR vai continuar fingindo que o PT ainda é o partido que defende os trabalhadores ou ele vai abrir caminho para discutir na sua base a necessidade de um novo partido que represente os trabalhadores, que defenda os seus direitos que o PT se recusa a fazer?
73. O que fazer a CNQ? Neste cenário de convulsão e incertezas cabe à confederação organizar os trabalhadores do ramo, a exigir do governo Dilma, que revogue todas as medidas de austeridades anunciadas por ela no seu segundo mandato. Pois nenhuma retirada de direito vai ser aceito, pelos trabalhadores/as do ramo químico.
74. É inadmissível que depois do combate feito pelos trabalhadores para derrotar a direita tradicional nas urnas, hoje estão sendo atacado pelo governo que a classe ajudou a eleger.

Por isso nesse segundo semestre onde temos várias campanhas salariais importantes e que o cenário não está nada fácil, precisa a CNQ organizar todo o ramo para unificar a luta frentes aos patrões. É necessário que a nossa confederação atue como grande articuladora aos sindicatos do ramo, na linha de fortalecer o combate às políticas de ataques do governo e dos capitalistas que querem salvar os seus negócios cortando os direitos dos trabalhadores/as. Neste sentido guerra aos capitalistas e seus agentes de plantão, os trabalhadores não vão pagar pela crise, nenhuma demissão deve ser aceita pelos sindicatos do ramo químico e petroquímico.

NESTE SENTIDO, APRESENTAMOS ALGUMAS PROPOSTAS PARA O PLANO DE LUTAS

75. Todo apoio aos trabalhadores da Petrobras: A Petrobras quer reduzir aplicar um plano de reduzir salário e horário de trabalho, está vendendo suas subsidiárias e “fatiando” a empresa para melhor privatiza-la. Nós devemos junto com a FUP e todos os sindicatos de petroleiros batalhar pela revogação das leis que acabaram com o monopólio estatal do petróleo e voltar a ter uma Petrobras 100% estatal. Fim dos leilões. Todo apoio aos petroleiros.
76. Fim das demissões no setor Químico “Mexeu com ele, mexeu comigo”: As empresas do ramo químico, como a de vidros estão começando a demitir. Elas vão forçar para estender o PPE ao setor de química. Nós devemos responder como muitos anos atrás responderam os trabalhadores da CIPLA, da Interfibra e da Flaskô: Nenhuma demissão, greve geral de todo o setor contra as demissões, ocupação das fábricas onde houver demissão em massas! Campanha unificada de todo o ramo química com dois pontos de pauta para um Contrato Coletivo Nacional: Estabilidade no emprego, reajuste mensal de acordo com a inflação.
77. Por uma nova representação da classe trabalhadora: Para alcançar este objetivo a CNQ convoca a luta por uma verdadeira Frente da Esquerda Unida para aplicar o programa aqui aprovado e avançar na construção de um partido de classe dos trabalhadores, de massas, democrático e socialista que possa estabelecer um governo dos trabalhadores.
78. Todos juntos contra a política de austeridade! Se podemos lutar, podemos vencer!
79. Nenhuma demissão, nenhum direito a menos!
80. Todos juntos em defesa das reivindicações da classe trabalhadora!
81. Viva a luta e a solidariedade internacional dos trabalhadores!
82. Viva a CUT, pela base, democrática, independente e socialista!
83. Abrir a discussão de uma nova representação política da classe trabalhadora.

(TEMAS ESPECÍFICOS)

DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL

84. A CNQ/CUT tem dedicado neste mandato muita energia e investimento na organização sindical e no fortalecimento de política sindical em todos os setores do ramo em nível nacional.
85. O reconhecimento da CNRQ e da FITEM neste ano foi resultado de anos de muita luta e batalha que começou com a estratégia de ampliação da Hegemonia CUTista no Ramo Químico.
86. Neste mandato, a aproximação da CNQ/CUT com as entidades filiadas tem sido uma preocupação constante, e isto se reflete na nas políticas de formação sindical implementadas em âmbito nacional através do Programa Formaquim, através de cursos de formação relativas a historia do movimento operário, as relações de Gênero, a negociação coletiva e aos direitos humanos.
87. Tem sido uma prioridade também o fortalecimento das políticas Redes Sindicais em empresas multinacionais, a atuação e o acompanhamento dos espaços de representação institucional ligados as áreas de saúde e segurança no trabalho.
88. No plano internacional as parcerias com entidades internacionais como Solidarity Center e FES – Fundação Friedrich Ebert tem possibilitado neste mandato internacionais um importante trabalho nas áreas de relações de gênero e Redes de Trabalhadores.
89. Em parceria com IndustriALL – nossa Federação Mundial temos realizado políticas de combate a terceirização e ao trabalho precário, e o fortalecimento de políticas para a juventude trabalhadora.
90. Outro ponto importante a destacar é o apoio da CNQ/CUT para o fortalecimento das oposições sindicais do ramo, bem como, para a criação do Sindicato dos Químicos de Extrema/MG.
91. A CNQ tem apoiado as políticas traçadas pelas secretarias Regionais e Setoriais no que tange ao fortalecimento e crescimento do ramo químico nas diversas regiões e setores. No âmbito setorial é importante ressaltar a produção de cartilhas sobre os diversos setores que compõem o ramo com objetivo a subsidiar os debates, as ações e as campanhas salariais dos setores.

92. A CNQ participou de todas as campanhas e ações convocadas pela CUT, bem como, tem acompanhado os grupos temáticos que fazem interface com as políticas traçadas no último congresso da confederação.
93. Por fim, tem se investido para melhorar a comunicação com as entidades filiadas, através da dinamização do Site da CNQ, bem como, subsidiado as afiliadas com dados organizados a partir da assessoria econômica e da subseção do Dieese, fruto de parceria com a FETQUIM/SP/CUT.

POLÍTICAS PARA AS MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO

94. A criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT no 2º CONCUR em 2006, foi fundamental para a inclusão de forma efetiva da pauta das mulheres em defesa de políticas de igualdade e de oportunidades para homens e mulheres no movimento sindical e na sociedade. Essa ação política foi a oportunidade que as trabalhadoras tiveram para implementar uma política dirigida pela e para as mulheres, no processo de construção, desenvolvimento e crescimento da organização das mulheres no interior da Central Única dos Trabalhadores.
95. Outros fatores também contribuíram para este processo: a conjuntura social e política, o massivo ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o aumento da sindicalização feminina e, sem dúvida, a influência do movimento feminista no processo do debate de estratégia e tática na construção da organização das mulheres no movimento sindical.
96. A partir daí, podemos efetivamente afirmar que a questão de gênero entrou efetivamente na agenda do movimento sindical, a partir da formulação de políticas de incorporação/inclusão e ampliação da presença das mulheres nas direções sindicais.
97. Iniciava-se então, uma nova realidade no interior do movimento sindical. Primeiro, porque as mulheres começavam a se organizar enquanto agentes políticos no espaço público da ação sindical. Segundo, porque esse processo, excluía a noção da diferença de gênero e incluía o discurso da igualdade de oportunidades, da justiça, da democracia, a luta contra toda e qualquer discriminação de gênero. Desde então, ficou latente que o movimento sindical deveria ter as questões de gênero entendidas como uma questão política e não apenas como coisa de mulher.
98. Mesmo com todos os avanços e conquistas que as trabalhadoras conseguiram nesses mais de vinte anos de organização das mulheres, na luta por igualdade de oportunidade, questionando e recriando as relações de poder dentro das estruturas sindicais, a ausência

de uma política específica para as mulheres, ainda é um dos fatores limitantes que os sindicatos apresentam, deixando com isso, fora das prioridades e projetos sindicais parte significativa da classe trabalhadora: as mulheres.

99. As mulheres ao entrarem nos sindicatos, se deparam com a estranheza de estar num lugar que culturalmente “*é um lugar masculino*”, onde a constituição do poder sindical é masculina. Para alterar esta realidade, se fez necessário o debate sobre a implementação de uma cota mínima de 30% de mulheres na direção da CUT, no entanto, este debate não aconteceu com a mesma intensidade nos sindicatos, onde poucos sindicatos implementaram efetivamente a cota de 30% de um dos gêneros na composição das suas direções.
100. O 11º Congresso Nacional da CUT, realizado em 2012, definitivamente entra para a história da mulher trabalhadora como um significativo e relevante marco na trajetória de luta pela Igualdade. Neste congresso foi aprovada a “paridade entre homens e mulheres na direção da maior central sindical do país, a nossa Central Única dos Trabalhadores”.
101. A aprovação da paridade é uma conquista histórica das mulheres trabalhadoras; é um reconhecimento histórico de que a CUT é composta por homens e mulheres; é um reconhecimento de que a classe trabalhadora tem dois sexos!
102. A paridade entre homens e mulheres se tornou realidade no 12º CONCURT realizado em outubro de 2015. A conquista da paridade nas direções da CUT Nacional e Estaduais é fundamental, no entanto, fica latente a necessidade de aprofundar o debate nas estruturas verticais (confederações, federações) sobre a implementação desta política, bem como, aprofundar o debate nas direções dos sindicatos de base, com objetivo a implementar políticas efetivas para transformar a paridade (a igualdade de participação entre homens e mulheres nas direções) uma realidade!
103. O que podemos concluir é que a organização das mulheres da CUT implica na compreensão das relações sociais de gênero enquanto relações de poder. E se pensarmos na democracia sindical com base nas relações sociais de gênero e na divisão sexual do trabalho, podemos ver que ainda temos um longo caminho pela frente a ser trilhado.
104. Se é visível o crescimento da participação das mulheres com a adoção de uma políticas afirmativas, é urgente um debate para além das cotas e da paridade. É necessário discutir igualdade de oportunidade na distribuição do poder sindical.

105. É importante termos claro que a implementação da paridade é uma questão eminentemente política, e não deve ser vista como uma questão matemática, nem por si só, é suficiente para garantir uma política de gênero. Primeiro porque as políticas de cota e a paridade não são medidas voltadas somente para as mulheres, mas uma medida que visa a inclusão das mulheres, independentemente de suas posições. Segundo porque é necessário adotar outras medidas para que seja garantida a política de gênero nos diversos espaços sindicais. à igualdade no movimento sindical.
106. Ser dirigente e ocupar postos de direção política não é biológico. Aprende-se fazendo, com a prática. Para que as mulheres aprendam é necessário que lhes seja garantido o direito ao exercício de direção. Não podemos esquecer que a classe trabalhadora é composta por dois sexos, portanto sem mulheres nas direções a parte da classe trabalhadora fica sem representação. Com certeza os homens têm muito a aprender com as mulheres, compartilhando oportunidades, vivência e experiência que lhes fora oferecida. Cobra-se muito mais das mulheres – o que também é uma tentativa de desqualificar e baixar a autoestima. Não podemos perder de vista que a mesma cobrança feita às mulheres sobre competência, capacidade, deve ser feita também aos homens.
107. É necessário que a CNQ/CUT debata a implementação da paridade no seu próximo Congresso Nacional de 2017, bem como, recomendar as estruturas verticais e os sindicatos que avancem neste debate.
108. Por fim, ressaltamos que uma ação fundamental para o movimento sindical CUTista neste novo período, pós-aprovação da paridade é avançar no debate e na compreensão das relações de gênero e na importância das mulheres nos espaços de poder, e isto só é possível se houver disposição política das direções para um amplo processo de debate e de formação política sobre o tema.

POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE TRABALHADORA DO RAMO QUÍMICO

109. O tema juventude trabalhadora, aparece em resoluções da CUT desde a década de 1980. Mas somente em 2007, foi criado o Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora com a tarefa de apoiar as reivindicações específicas da juventude, organizar um programa de ação e incluir o tema efetivamente no campo da formação sindical em âmbito nacional.

110. Até então, a juventude era apenas citada nas resoluções congressuais como o setor atingido pelo desemprego e pela precarização do mercado de trabalho. Com a formação do Coletivo Nacional, passou-se a tratar da importância da organização deste segmento para fortalecer a ação sindical. Permitiu, ainda, que a CUT iniciasse o debate sobre as especificidades da exploração do trabalho juvenil no interior do mercado de trabalho deteriorado e no contexto de uma economia estagnada.
111. A novidade foi a incorporação na agenda da CUT da proposta de políticas públicas para financiarem o adiamento da entrada de jovens no mercado de trabalho, através do investimento em educação e em programas de transferência de renda. A defesa de políticas de Estado voltadas para: o retardamento da entrada do jovem no mercado de trabalho e, por outro lado, alterar positivamente o atual padrão de inserção ocupacional da juventude brasileira (garantir a formalização, manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais, bem como, uma jornada de trabalho compatível com os estudos).
112. Na 12ª Plenária Estatutária da CUT de 2008, foi aprovada a criação da Secretaria de Juventude (SNJ-CUT). Legitimar o tema juventude no âmbito da direção da Central foi um passo fundamental para que a CUT assumisse as lutas da juventude brasileira com sentido estratégico, de disputa de hegemonia na sociedade. A criação de secretarias de juventude foi um marco para esse processo. A construção e o fortalecimento de coletivos de juventude em todos os estados e ramos da CUT seguem sendo imprescindíveis para enraizar a agenda política da juventude CUTista nas direções e nas bases.
113. A criação no Congresso da CNQ de 2013, da Secretaria nacional de Juventude do Ramo, teve como objetivo fomentar o debate sobre a importância da organização da juventude Química em nível nacional, bem como, fomentar a criação de coletivos de juventude nos Sindicatos e Federações do Ramo.
114. Evidentemente, sabemos que estas questões não acontecem de forma automática, e que há ainda muita resistência por parte de algumas direções sindicais em investir em políticas para a juventude que implicam na criação de campanhas específicas de sindicalização, programas específicos de formação sindical que visem a capacitação de novos quadros, debater a implementação de uma nova linguagem para os veículos e comunicação dos sindicatos e criar espaços efetivos de participação da juventude nos espaços sindicais, introduzindo de forma concreta temas e políticas que façam interface com a juventude trabalhadora.

115. Os sindicatos filiados precisam refletir sobre a temática da juventude, buscando atrair os/as jovens de suas bases para a ação sindical. Para isso é necessário garantir a eles o acesso à estrutura e a liberação de suas atividades profissionais como forma de propiciar a rica imersão no movimento sindical, indispensável para a lapidação e formação de novos quadros dirigentes. A discussão de conquistar as juventudes para os sindicatos se torna uma tarefa cotidiana na perspectiva de expandir a luta.
116. Os Sindicatos do Ramo devem constituir Coletivos de Juventude, para a partir deles atuar nos espaços onde as juventudes se encontram e se formam politicamente. É preciso construir espaços para que os/as mesmos/as possam atuar e exercitar seu protagonismo de maneira autônoma, assegurando as condições necessárias e abrindo espaço para a nova geração.
117. É importante estabelecer uma relação entre o movimento sindical e os movimentos sociais de modo geral, em especial o movimento estudantil. Além dessa estratégia, também é importante garantir a participação da juventude nas atividades realizadas pelos sindicatos, reforçando assim a atuação sindical.
118. A estratégia de ação sindical na pauta da juventude, parte da realidade histórica que dizima e criminaliza os/as jovens, principalmente negros/as e pobres, impondo a entrada precoce no mercado de trabalho. É necessário combater o ultrajante projeto de Redução da Maioridade Penal.
119. Outra pauta importante é a redução da jornada de trabalho visando o direito à educação, à cultura e ao tempo livre para os/as jovens que já estão inseridos no mercado de trabalho. Esta pauta deve estar articulada com a reivindicação por maior proteção social, regulação pública do trabalho e liberdade de organização sindical.
120. Por fim, o fortalecimento sindical passa necessariamente pela ampliação da participação da juventude na ação sindical, pela ampliação da sindicalização na juventude e pela inclusão nas pautas de reivindicações dos temas de interesse da juventude trabalhadora.

POLÍTICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

121. É inegável que avançamos nos últimos 10 anos nas políticas voltadas a promoção da igualdade racial, com impacto positivo das ações afirmativas relativas a autoimagem e na perspectiva de vida dos afrodescendentes, principalmente, os jovens que têm oportunidades que seus pais não tiveram.
122. Indicadores socioeconômicos apontam melhoria nas condições de vida da população negra, bem como no acesso a serviços e direitos. Aspectos como renda, expectativa de vida e acesso à educação melhoraram, mas ainda não se assemelham aos dos brancos. A ascensão da classe C no Brasil permitiu um acesso maior de parte significativa da população negra brasileira a renda e ao consumo.
123. Embora persistam os debates sobre ações afirmativas, é inegável que as cotas para o ingresso nas universidades e no serviço público permitiram a entrada de negros e de negras em espaços que antes eram privilégio dos brancos. Mas, essas ações de resistência contra o racismo e de ascensão social de negros precisam ser consolidadas.
124. Não poderíamos deixar de citar conquistas como a criação da SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (criada pela Medida Provisória nº 111, convertida na Lei 10.678) e da Lei 10639/2003, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino. Ambas completam dez anos esse ano.
125. A SEPPIR foi criada a partir do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro e do ponto de vista da institucionalização da política de promoção da igualdade racial, desencadeou no Brasil a possibilidade de criação de órgãos estaduais e municipais que são extremamente importantes para fazer chegar até as pessoas tudo que é pensado para incluir a população negra.
126. Já a Lei 10639 é uma das primeiras baseadas em ações afirmativas para que todos conheçam mais sobre os negros, pois além da escravidão, as pessoas precisam conhecer as lutas, culturas negro-brasileiras e contribuições dos/as negros/as para a formação da sociedade – nas áreas da política, da economia, da cultura, entre outros.
127. A aprovação da PEC das Domésticas, que ficou popularmente conhecida como a “Nova lei Áurea” foi mais um sopro de liberdade por reconhecer direitos para os mais de 2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras domésticas, em sua maioria negros. Esses trabalhadores que enfrentam baixos salários, longas jornadas de trabalho, escassa ou nenhuma proteção

social, más condições de vida e um descumprimento generalizado das normas laborais. Agora falta, por parte do governo, a ratificação da Convenção 189, que reconhece esses direitos.

128. Existe ainda uma enorme dificuldade em se admitir o racismo da nossa sociedade. Afinal, racismo é uma crueldade inaceitável e ninguém quer ser identificado com tal perversão. A realidade, no entanto, mostra que o racismo é estrutural em nosso País. Uma herança de vários séculos. E exatamente por isso estimula comportamentos, atitudes e pensamentos de grande parte da sociedade e garante privilégios, maiores ou menores, a determinados grupos, mesmo entre as classes subalternas.
129. Ignorar, não debater nem buscar soluções para o problema que o Brasil tem em relação à questão racial e a escravidão, só prolonga o sofrimento das vítimas de racismo, que convivem com o preconceito, a falta de oportunidades no mercado de trabalho e salários mais baixos, entre tantos outros problemas.
130. Acusar as pessoas realmente preocupadas com o combate às desigualdades raciais de racismo, é projetar seu próprio preconceito no outro para fugir covardemente do debate sério e construtivo. Vimos muito essa inversão de valores nos debates sobre as cotas. Por que uma ação afirmativa como essa ainda provoca tanta discussão contrária? Por que é tão difícil entender que cotas para negros é o resgate de uma dívida histórica com essa parcela da sociedade e não um mero problema socioeconômico.
131. Para nós, a cor da pele não pode, de maneira alguma, determinar o lugar de um/a cidadão/a na sociedade. É preciso dar voz e espaço aos negros e às negras e, principalmente, garantir escolaridade, trabalho e renda; e, assim, eliminar de uma vez por todas o preconceito racial da nossa sociedade.
132. Todos os dados estatísticos mostram que estamos muito longe de uma equidade racial. Estamos falando taxas de analfabetismo, salários mais baixos, desemprego ou subemprego.
133. Recente pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, aponta que, no Brasil, a probabilidade do negro ser vítima de homicídio é oito pontos percentuais maior, mesmo quando se compara indivíduos de outros grupos com escolaridade e características socioeconômicas semelhantes. Isso significa que só o fato de nascer negro já coloca a pessoa em um grupo de risco de morte violenta.
134. As desigualdades sociais continuam enormes, e quando observamos a evolução contingente de pobres por raça/cor e gênero, temos a comprovação do viés.

135. Por fim, A CNQ/CUT propõe que os Sindicatos filiados aprofundem o debate sobre políticas de promoção de igualdade racial, é fundamental que se compreenda que os trabalhadores negros ainda estão mais suscetíveis a ações de assédio moral nos locais de trabalho, bem como, invariavelmente recebem menores salários e são discriminados quando da oportunidades de crescimento profissional nos locais de trabalho.
136. Acreditamos que é importante os sindicatos debaterem a implementação de políticas específicas de combate a toda e qualquer forma de discriminação, preconceito e desigualdade, bem como, de ações com o objetivo de que todos os trabalhadores e trabalhadoras possam ser tratados sem discriminação.

POLÍTICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT

137. É imperativo lutarmos contra toda e qualquer forma de discriminação existentes na sociedade e nos locais de trabalho, e uma das piores discriminações sofrem os trabalhadores/as gays e lésbicas quando vão a busca de colocação no mercado de trabalho.
138. Não é surpresa para ninguém que a grande maioria das empresas ainda resistem em contratar gays, lésbicas, travestis e transexuais. Na disputa por uma vaga no mercado de trabalho, o que tem prevalecido é o preconceito 'velado' contra a população LGBT.
139. Pesquisa feita por companhias que atua na área de sistemas de recrutamento e seleção, mostra que essa minoria tem mais dificuldade para conseguir emprego que heterossexuais. De acordo com o levantamento, uma em cada 5 empresas não contrataria um homossexual. Já nas que contratam, 40% sofrem discriminação. Para transexuais, o cenário ainda é mais preocupante.
140. O objetivo é tirar este tema da invisibilidade, precisamos romper barreiras, é importante que as empresas respeitem a questão da diversidade sexual e criem políticas de inclusão reforçando que a capacidade intelectual passa pelo ser humano, e não em razão da orientação sexual.
141. É necessário enfatizar que o mundo do trabalho é via-de-regra, um espaço de repressão e opressão a todas as minorias, e cabe ao movimento sindical defender os direitos desta parcela da classe trabalhadora.

142. Outra questão fundamental é lutar para garantir o direito mais básico dessas pessoas como o direito à escolarização, a ter moradia, o uso do nome social, enquanto não se tem ainda uma lei que garanta o respeito à identidade de gênero.
143. Os Sindicatos devem nas suas pautas de reivindicações incluir demandas que visem garantir direitos a esta parcela da categoria.

POLÍTICAS PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS

144. De acordo com dados do Ministério da Previdência, o Brasil tem mais de 18 milhões de aposentados e, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a melhora nas condições de vida e a queda do número de filhos devem fazer com que o país tenha cerca de 30 milhões de idosos em oito anos.
145. Esse novo cenário traz ao país o desafio de oferecer qualidade aos trabalhadores/as após deixarem o mercado de trabalho e coloca dois grandes temas na agenda do movimento sindical: a queda do poder de compra de quem se aposentou e a necessidade de ampliar o acesso à saúde.
146. Uma das principais reivindicações é a valorização das aposentadorias para quem recebe acima de um salário mínimo. Quem faz parte deste grupo não tem o reajuste calculado da mesma forma que os trabalhadores da ativa. A elevação aplicada para quem ganha mais do que um salário considera apenas o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), base para medir a inflação. e isso afeta sensivelmente o poder de compra, já que um índice não acompanha o outro.
147. A regra de recuperação do valor real do salário mínimo – SM - está novamente em debate. Impulsionada pela declaração do ministro do Planejamento Nelson Barbosa de que o governo proporia nova regra para a política de valorização do piso salarial de todos os brasileiros a discussão veio à tona.
148. Atualmente o salário mínimo é reajustado por uma fórmula que envolve a inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, somada ao crescimento do PIB de dois anos atrás. Esta regra foi criada em 2007, após intenso debate capitaneado pela CUT.
149. A política de valorização do salário mínimo é uma conquista arrancada pela luta sindical, após anos e anos em que a renda minguava a cada mês. As marchas e as intensas negociações concretizaram uma proposta baseada em critérios objetivos que incluem a revisão da fórmula de reajuste a cada quatro anos.

150. Há necessidade de outro mecanismo de cálculo para que as famílias brasileiras cheguem a um patamar mínimo de dignidade o mais rapidamente possível. Há outros itens que precisam ser incluídos nesse debate, tais como a arrecadação com vistas ao equilíbrio das contas públicas, a correção tabela do Importo de Renda e do FGTS.
151. Propomos para o primeiro, a taxação das grandes fortunas. Para o segundo, o imposto deve taxar o capital e não a renda. E o FGTS precisa ser corrigido conforme a poupança. É hora de movimento, de ação proativa para que já em 2016 tenhamos um formato de cálculo do aumento do salário mínimo que atenda aos interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores.
152. Outro tema fundamental é a ampliação da desoneração da cesta de medicamentos, já que é no período da vida em que você mais precisa recorrer à saúde, a renda cai. Em muitos casos, o medicamento e o plano de saúde acabam comprometendo até 70% do que ganha um aposentado.
153. A luta pela ampliação do poder de compra exige que os trabalhadores estejam organizados dentro das entidades sindicais para estabelecer uma mesa de negociação permanente com o Ministério da Previdência. Esse é o caminho para convenceremos ao governo sobre a necessidade de um aumento real para todos os aposentados.
154. Outra pauta deve estar na agenda de todo o movimento sindical é a manutenção dos planos de saúde para os aposentados, nas mesmas condições de quando o trabalhador estava na ativa.

FATOR PREVIDENCIÁRIO

155. Outro ponto em debate é o fim do fator previdenciário, fórmula criada durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para reduzir o valor das aposentadorias. O cálculo que leva em conta idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida do brasileiro achata em 30%, na média, os vencimentos dos aposentados.
156. Há muito tempo a CUT e o Movimento sindical tem cobrado do governo a extinção do cálculo por entender que ele é altamente prejudicial aos trabalhadores/as funcionando como um redutor de valor de benefícios e como dificultador de concessão de aposentadorias.

157. É urgente a eliminação do fator previdenciário e a construção de um novo mecanismo que respeite os direitos de trabalhadores/as que trabalharam anos-a-fio em defesa do país.

MACROSSECTOR DA INDÚSTRIA

158. O Macrossetor da Indústria foi criado como objetivo para funcionar como uma ferramenta que permitisse aos ramos desenvolverem uma agenda comum de ação, elaborando propostas de políticas setoriais, e para apresentarem a Central propostas de aperfeiçoamento da sua estrutura organizativa.
159. Outro caráter fundamental era propiciar a socialização de informações e de linhas de ação, resistindo assim as iniciativas de flexibilização dos direitos, de precarização do trabalho e da saúde do/a trabalhador/a.
160. É importante apoiar todas as ações que visem consolidar as iniciativas para o fortalecimento da ação sindical, bem como, construir propostas que apontam para a necessidade de rompimento com uma estrutura sindical corporativa que dificulta o avanço das lutas pelos direitos da classe trabalhadora e pela democracia nos locais de trabalho.

DEFESA DA PETROBRÁS E DOS PETROLEIROS/AS

161. Há quase um ano o País acompanha uma operação policial contra evasão de divisas que detectou evidências de outros crimes, pelos quais são investigadas pessoas que participaram da gestão da Petrobrás e de empresas fornecedoras. A ação institucional contra a corrupção tem firme apoio da sociedade, na expectativa de esclarecimento cabal dos fatos e rigorosa punição dos culpados.
162. É urgente investigar e denunciar, no entanto, esta ação tem servido a uma campanha visando à desmoralização da Petrobrás, com reflexos diretos sobre o setor de Óleo e Gás, responsável por investimentos e geração de empregos em todo o País; campanha que já prejudicou a empresa e o setor em escala muito superior à dos desvios investigados.
163. A Petrobrás tem sido alvo de um bombardeio de notícias sem adequada verificação, muitas vezes falsas, com impacto sobre seus negócios, sua credibilidade e sua cotação

em bolsa. É um ataque sistemático que, ao invés de esclarecer, lança indiscriminadamente a suspeita sobre a empresa, seus contratos e seus 86 mil trabalhadores dedicados e honestos.

164. Assistimos à repetição do pré-julgamento midiático que dispensa a prova, suprime o contraditório, tortura a jurisprudência e busca constranger os tribunais. Esse método essencialmente antidemocrático ameaça, hoje, a Petrobrás e suas fornecedoras, penalizadas na prática, enquanto empresas produtivas, por desvios atribuídos a pessoas físicas.
165. Ao mesmo tempo, o devido processo legal vem dando lugar ao tráfico seletivo de denúncias, ofensivo à consciência jurídica brasileira, num ambiente de obscuridade processual que propicia a coação e até o comércio de testemunhos com recompensa financeira. Na aparente busca por eficácia, empregam-se métodos que podem – isto, sim – levar à nulidade processual e ao triunfo da impunidade.
166. E tudo isso ocorre em meio a tremendas oscilações no mercado global de energia, num contexto geopolítico que afeta as economias emergentes, o Brasil, o Pré-Sal e a nossa Petrobrás.
167. Não vamos abrir mão de esclarecer todas as denúncias, de exigir o julgamento e a punição dos responsáveis; mas não temos o direito de ser ingênuos nessa hora: há poderosos interesses contrariados pelo crescimento da Petrobrás, ávidos por se apossar da empresa, de seu mercado, suas encomendas e das imensas jazidas de petróleo e gás do Brasil.
168. Historicamente, tais interesses encontram porta-vozes influentes na mídia e nas instituições. A Petrobrás já nasceu sob o ataque de “inimigos externos e predadores internos”, como destacou a presidenta Dilma Rousseff. Contra a criação da empresa, em 1953, chegaram a afirmar que não havia petróleo no Brasil. São os mesmos que sabotaram a Petrobrás para tentar privatizá-la, no governo do PSDB, e que combateram a legislação do Pré-Sal.
169. Os objetivos desses setores são bem claros, imobilizar a Petrobrás e depreciar a empresa para facilitar sua captura por interesses privados, nacionais e estrangeiros, fragilizar o setor brasileiro de Óleo e Gás e a política de conteúdo local; favorecendo fornecedores estrangeiros e revogar a nova Lei do Petróleo, o sistema de partilha e a soberania brasileira sobre as imensas jazidas do Pré-Sal.

170. A investigação, o julgamento e a punição de corruptos e corruptores, doa a quem doer, não pode significar a paralisia da Petrobrás e do setor mais dinâmico da economia brasileira.
171. É o povo brasileiro, mais uma vez, que defenderá a empresa construída por gerações, que tem a alma do Brasil e simboliza nossa capacidade de construir um projeto autônomo de Nação.
172. Da mesma forma com que os petroleiros tem lutado em defesa da Petrobrás, também estarão na luta em defesa dos salários e direitos arduamente conquistados. É imperativo que a direção da empresa respeite os trabalhadores/as e suas lideranças sindicais.
173. A CNQ está e estará junta com os sindicatos em âmbito nacional defendendo os direitos e conquistas dos trabalhadores petroleiros, é inaceitável a posição da empresa de buscar conjuntamente com os representantes sindicais a construção de propostas e pontos de equilíbrio necessários para finalizar a campanha salarial de 2015.
174. Exigimos a imediata reabertura das negociações.

PLANO DE LUTAS E AÇÕES **(TEXTO CONJUNTO CONSTRUIDO ENTRE AS CORRENTES** **POLÍTICAS DO RAMO QUÍMICO DA CUT)**

UNIDADE DA ESQUERDA E LUTA CONTRA A DIREITA:

A CNQ/CUT deve:

175. Se articular com grupos e movimentos sociais de esquerda para alterar radicalmente os rumos da política econômica do Governo Dilma que hoje significa a submissão da Classe Trabalhadora ao Capital. Lutar contra a direita nas ruas e nas fábricas e demais locais de trabalho, esteja ela dentro ou fora do governo Dilma, pois, derrotar o conservadorismo e o neoliberalismo são as tarefas da esquerda para devolver a popularidade e a legitimidade.
176. Reafirmar a necessidade da Unidade da Classe Trabalhadora e do povo em torno do

projeto político de esquerda para unificar esforços contra a direita, a intolerância, o ódio de classe e o golpismo, para isso é fundamental concentrar esforços para unificar as frentes Brasil Popular e povo sem medo contra a direita, por mais direitos e contra o ajuste.

177. Lutar por uma nova representação da classe trabalhadora: Para alcançar este objetivo a CNQ convoca a luta por uma verdadeira Frente da Esquerda Unida para aplicar o programa aqui aprovado e avançar na construção de um partido de classe dos trabalhadores, de massas, democrático e socialista que possa estabelecer um governo dos trabalhadores.(EM)
178. Lutar pela Valorização do Salário Mínimo e contra o Fator Previdenciário
179. Lutar pela Democratização do Judiciário
180. Lutar pelas Reformas Agraria e Urbana
181. Lutar por Políticas Públicas nas áreas de educação, saúde, moradia, transportes, etc.
182. Lutar por uma Reforma Fiscal e Tributária que taxe as grandes fortunas e heranças.
183. Lutar por uma Reforma Política e por uma Constituinte Exclusiva
184. Lutar em defesa da democracia e da Participação Popular.
185. Lutar contra a Criminalização dos Movimentos Sociais
186. Construir uma campanha nacional contra os moralistas “sem moral” e pelo impedimento do presidente da Câmara dos Deputados – Eduardo Cunha.
187. Lutar contra a lei Anti-terrorismo utilizando todas as ferramentas típicas da luta política da Classe Trabalhadora.
188. Lutar pela aprovação do PL de iniciativa popular construído pelo FNDC para democratizar a mídia e fazer o enfrentamento necessário ao empresariado e a mídia corrupta.
189. Fazer uma campanha pela auditoria cidadã da dívida pública no Brasil e pela Redução da Taxa de Juros.
190. Pela Ratificação da Convenção 140 da OIT que trata da promoção a licença remunerada para estudo.
191. Pelo direito a participação Incentivando e fortalecendo a participação nos espaços de controle social.
192. Pela desmilitarização das polícias.

193. Contra a exploração sexual e do trabalho infantil
194. Contra a redução da maioridade penal
195. Abrir a discussão de uma nova representação política da classe trabalhadora.
196. Todos juntos contra a política de austeridade! Se podemos lutar, podemos vencer!
197. Nenhuma demissão, nenhum direito a menos!
198. Todos juntos em defesa das reivindicações da classe trabalhadora!
199. Viva a luta e a solidariedade internacional dos trabalhadores!
200. Viva a CUT, pela base, democrática, independente e socialista!

INDEPENDENCIA DA CLASSE TRABALHADORA:

A CNQ/CUT deve:

201. Promover campanhas para continuar a luta contra o imposto sindical, contra a unicidade sindical e contra qualquer mecanismo de submissão da Classe Trabalhadora à política do empresariado.
202. Lutar em defesa de contribuições deliberadas democraticamente em assembleias pelos trabalhadores/as
203. Priorizar as Organizações por Local de Trabalho como política para organizar a massa trabalhadora. As eleições das OLTs devem ser independentes das eleições sindicais , representando o real estágio do amadurecimento na luta das trabalhadoras e trabalhadores .
204. Lutar pela regulamentação da Convenção 158 da OIT
205. Lutar pelo desenvolvimento de métodos de gestão horizontais que contribuam para o amadurecimento da Classe Trabalhadora na perspectiva da Luta de Classes e permitam a superação objetiva e subjetiva do modo capitalista de produção. É fundamental investir nos modelos de autogestão e economia solidária, não como empreendimentos marginais ou complementares da produção, mas como modelo alternativo à grande indústria e ao capital bancário. No Próximo período vamos andar com os próprios pés por uma Classe Trabalhadora combativa e Revolucionária.
206. Lutar em defesa da Livre Negociação Coletiva e do Direito de Greve
207. Pelo direito a Livre Associação Sindical dos Trabalhadores
208. Lutar em defesa da Formação Sindical como ferramenta de construção do Projeto politico-organizativo e difusor da concepção e pratica sindical CUTista.

209. Aumentar o investimento na formação político-sindical para a Jovens, Mulheres, Negras e Negros dentro da CNQ-CUT.
210. Lutar em defesa de Uma CUT Classista, Autônoma, Democrática e de Massas.

POLÍTICA INDUSTRIAL:

A CNQ/CUT deve:

211. Defender a lei de partilha contra qualquer investida do imperialismo contra nossas reservas naturais.
212. Lutar por uma nova Política Industrial – em defesa do emprego e que proteja a indústria nacional da competição predatória internacional.
213. Lutar contra a Terceirização e todas as formas de precarização das relações e das condições de Trabalho.
214. Lutar pelo fortalecimento do Macrossetor da Indústria como política de integração entre os setores produtivos.
215. Lutar em defesa da Petrobrás e dos direitos dos Trabalhadores/as Petroleiros/as.
216. Promover campanha permanente pela Petrobrás 100% pública para que a empresa financie o desenvolvimento social e econômico do Brasil. É fundamental lutar contra o Plano de desinvestimento na Petrobrás em especial nas áreas de fertilizantes, petroquímica e gás.
217. Ampliar as Redes de Trabalhadores/as nas empresas Multinacionais e Nacionais.
218. Fazer uma campanha reafirmando os princípios contra as terceirizações e lutar para barrar o PLC30/15, bem como, fazer campanhas para pressionar os Senadores que já se manifestaram a favor do projeto. É fundamental acompanhar as Audiências Públicas promovidas pelo Senador Paulo Paim realizando atos públicos para alertar os trabalhadores/as sobre os perigos existentes no Projeto de Lei.
219. Lutar pelo fim das demissões no setor Químico “Mexeu com ele, mexeu comigo”: As empresas do ramo químico estão começando a demitir. Elas vão forçar para estender o PPE ao setor de química. Nós devemos responder como muitos anos atrás responderam os trabalhadores da CIPLA, da Interfibra e da Flaskô: Nenhuma demissão, greve geral de todo o setor contra as demissões, ocupação das fábricas onde houver demissão em massas! Campanha unificada de todo o ramo química com dois pontos de pauta para um Contrato Coletivo Nacional: Estabilidade no emprego, reajuste mensal de acordo com a inflação.

SOLIDARIEDADE DE CLASSE:

A CNQ/CUT deve:

220. Lutar pela regulamentação dos direitos trabalhistas dos/as servidores/as pública através da legislação da convenção 151 da OIT e apoiar a apresentação ao Congresso e Governo Dilma uma proposta de Lei de Responsabilidade com a Saúde e Educação que não inclua gastos com pessoal nestes setores ao limite de 54% da Lei de Responsabilidade Fiscal.

POLÍTICAS TRANSVERSAIS:

A CNQ/CUT deve:

221. Se debruçar sobre a problemática da desigualdade de Gênero dentro e fora dos locais de trabalho para propor medidas legais que coíbam distorções e evitem que as mulheres sofram, adoçam e morram vítimas do capitalismo patriarcal.
222. Lutar contra o machismo e todas as formas de opressão de Gênero.
223. Reforçar o debate sobre o tema da paridade nos sindicatos, federações e na CNQ.
224. Colocar no centro do debate o combate a desigualdades raciais e geracionais.
225. Lutar contra o racismo e todas as demais formas de discriminação e opressão
226. Lutar em defesa dos Direitos Humanos e da diversidade sexual.
227. Por uma política sobre redução de danos e drogas que trate o problema como uma questão de justiça, saúde e políticas públicas e não como uma questão de polícia.
228. Desenvolvimento de atividades artístico-culturais diversas, buscando assim uma relação mais atrativa com a juventude.
229. Por um desenvolvimento sustentável de um ambiente plural, ecologicamente equilibrado e protegido e sustentável.
230. Pelo direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil.
231. Pelo direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça um ambiente seguro, sem violência e com garantia na sua integridade física e mental, asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para o seu aperfeiçoamento intelectual, cultura e social.

MOÇÕES APROVADAS NA PLENÁRIA

MOÇÃO DE APOIO A GREVE NACIONAL DOS PETROLEIROS.

Nós, delegados e delegadas da VI Plenária Nacional da CNQ/CUT, realizada no período de 10 a 12 de novembro de 2015 em Cabreúva/SP, afirmamos e confirmamos nosso apoio integral e irrestrito a greve nacional dos Petroleiros.

A Petrobrás é acima de tudo a maior indutora do desenvolvimento do progresso do país, detentora de 13% do PIB e quase 80% das obras do PAC, orgulho do povo brasileiro e a maior empresa da nossa nação, portanto, a sua integridade, crescimento e valorização são fundamentais para a economia do Brasil.

A luta contra a venda de seus ativos e desmonte do seu parque industrial deve fazer parte da estratégia de luta do povo brasileiro, neste sentido, não podemos permitir que o projeto criminoso de entrega do Pré-sal e leilões continuem a sangrar o maior patrimônio do nosso povo.

Afirmamos nosso apoio a luta dos petroleiros por melhores condições de trabalho, segurança e emprego, na defesa do pré-sal e das unidades de produção e refino espalhados por todo o Brasil.

Repudiamos veementemente a violência policial e jurídica contra o movimento e o assédio moral e ameaças contra a categoria petroleira.

Na luta por nenhum direito a menos no dia-a-dia desses trabalhadores que contribuem para o progresso do nosso Brasil.

Diante do risco eminente do desmonte da Petrobrás e das ameaças aos seus trabalhadores, reafirmamos nosso apoio a este importante movimento dos trabalhadores em defesa do maior patrimônio do povo brasileiro.

MOÇÃO DE REPÚDIO A TRAGÉDIA E DE APOIO AS FAMÍLIAS DE TRABALHADORES ATINGIDOS EM MARIANA/MG.

Nós, delegados e delegadas da VI Plenária Nacional da CNQ/CUT, realizada no período de 10 a 12 de novembro de 2015 em Cabreúva/SP, representantes do setor da Mineração reunidos no I Congresso da recém-criada FITEM – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Extração Mineral, lamentamos profundamente a tragédia ocorrida em Mariana/MG, no distrito de Bento Rodrigues e adjacências. Manifestamos nosso profundo pesar pelos trabalhadores que perderam suas vidas e prestamos solidariedade as famílias das vítimas e as comunidades atingidas.

Vemos o fato com grande preocupação, desta forma, defendemos uma ampla investigação sobre as causas da tragédia para que os responsáveis sejam punidos ao rigor da lei.

Exigimos que os Governo Federal, Estaduais, Municipais e Ministério Público tomem todas as providências para que um novo episódio não aconteça no futuro.

MOÇÃO DE APOIO A LUTA POR UM MARCO-REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO QUE ATENDA OS INTERESSES DOS TRABALHADORES.

Nós, delegados e delegadas da VI Plenária Nacional da CNQ/CUT, realizada no período de 10 a 12 de novembro de 2015 em Cabreúva/SP, e representantes do setor da Mineração reunidos no I Congresso da recém-criada FITEM – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Extração Mineral, apoiamos a luta em defesa de um marco-regulatório da mineração que atenda os interesses dos trabalhadores e da população em geral.